Experiências de jovens rebeldes e retrocessos políticos no Brasil contemporâneo: das Jornadas de 2013 à ascensão da extrema-direita

Experiences of rebellious youth and political setbacks in contemporary Brazil: From the 2013 Journeys to the rise of the far-right

Experiencias de juventudes rebeldes y reveses políticos en el Brasil contemporáneo: desde las Jornadas de 2013 hasta el auge de la extrema derecha.

Luís Antonio Groppo*
Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, Brasil
luis.groppo@unifal-mg.edu.br / luis.groppo@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0143-5167

Cite como: Groppo, L. A. (2026). Experiências de jovens rebeldes e retrocessos políticos no Brasil contemporâneo: das Jornadas de 2013 à ascensão da extrema-direita. *Desde el Sur*, *18*(4), e0089.

RESUMO

O artigo analisa dados de pesquisas recentes que trazem experiências, memórias e trajetórias educacionais e políticas de adolescentes e jovens atuantes em movimentos sociais progressistas no Brasil nos anos 2010. Seu objetivo é analisar como estes adolescentes e jovens vivenciaram os recentes retrocessos da democracia representativa brasileira, destacando a repressão das ações coletivas, as derrotas, a judicialização e a criminalização destes movimentos e o impacto do crescimento da extrema-direita. Como metodologia, fez-se a interpretação de entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens que participaram de movimentos sociais investigados por estas pesquisas. Como resultados, destaca-se que estas experiências juvenis constituem um contraponto importante ao intenso processo de subjetivação política vivido nestes movimentos. Este contraponto se expressou por meio dos traumas pessoais e das dificuldades de manter a vida coletiva. Conclui-se que, apesar de várias derrotas, as lutas e as

* Autor corresponsal: Luís Antonio Groppo, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, Brasil. Correo: luis.groppo@unifal-mg.edu.br / luis.groppo@gmail.com

resistências dessa juventude rebelde foram fundamentais na defesa da democracia representativa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento juvenil, formação política, movimentos de protesto, democracia

ABSTRACT

This article analyzes data from recent studies regarding the experiences, memories, and social trajectories of adolescents and young people active in progressive collectives and social movements in Brazil during the 2010s. Its objective is to examine how these young people experienced recent setbacks in Brazilian representative democracy, highlighting the repression of collective actions, the defeats, the judicialization and criminalization of these movements, and the impact of the rise of the far-right. The methodology involves interpreting semi-structured interviews with young people who participated in the social movements investigated. The results highlight that these youthful experiences constitute an important counterpoint to the intense process of political subjectivation experienced within these movements. This counterpoint manifested itself through personal traumas and the difficulties of sustaining collective life. The article concludes that, despite various defeats, the struggles and resistance of this rebellious youth were fundamental to the defense of Brazilian representative democracy.

KEYWORDS

Youth movement, political formation, protest movements, democracy

RESUMEN

Este artículo analiza datos de investigaciones recientes que revelan las experiencias, los recuerdos y las trayectorias educativas y políticas de adolescentes y jóvenes activos en movimientos sociales progresistas en Brasil durante la década de 2010. Su objetivo es analizar cómo estos adolescentes y jóvenes vivieron los recientes reveses a la democracia representativa brasileña, entre los que destacan la represión de las acciones colectivas, las derrotas, la judicialización y criminalización de estos movimientos, y

el impacto del crecimiento de la ultraderecha. La metodología empleada consiste en la interpretación de entrevistas semiestructuradas realizadas a jóvenes que participaron en los movimientos sociales investigados en estos estudios. Los resultados resaltan que estas experiencias juveniles constituyen un importante contrapunto al intenso proceso de subjetivación política vivido dentro de estos movimientos. Este contrapunto se expresó a través de traumas personales y las dificultades para mantener la vida colectiva. Se concluye que, a pesar de varias derrotas, las luchas y la resistencia de esta juventud rebelde fueron fundamentales en la defensa de la democracia representativa brasileña.

PALABRAS CLAVE

Movimiento juvenil, formación política, movimientos de protesta, democracia

1. Introdução

Este artigo tem como tema as experiências da unidade de geração juvenil progressista no Brasil em relação aos recentes retrocessos da democracia representativa brasileira, retrocessos que ficaram patentes, paradoxalmente, com a vitória eleitoral do candidato de extrema-direita em 2018, cujo discurso era ofensivo ao próprio sistema político que o elegeu. Esses retrocessos estão implicados com o próprio crescimento dessa extrema-direita e o apoio de importantes setores da população aos valores e ideias ostentados em seu discurso.

O artigo tem como objetivo analisar este processo a partir do ponto de vista da unidade de geração juvenil de caráter progressista, em especial adolescentes e jovens que participaram de movimentos sociais nos anos 2010, que se definem aqui como jovens rebeldes. Tais jovens, de um lado, lutaram contra estes retrocessos e, de outro, foram algumas de suas principais vítimas. O artigo se justifica pela relevância de conhecer os retrocessos políticos no Brasil recente e o crescimento da extrema-direita desde o ponto de vista de seus impactos sobre as e os jovens rebeldes. Para tanto, o artigo analisa dados criados por três pesquisas coordenadas por este autor, que analisaram experiências, memórias e trajetórias sociais de jovens ativistas e militantes de coletivos e movimentos sociais progressistas nos anos 2010.

O artigo também se justifica pela possibilidade de que seus resultados contribuam com pesquisas a respeito do mesmo tema em outros países

da América Latina. Os anos 2010, destacando-se 2019, foram tempos de protestos sociais de grande impacto e radicalidade em países como Chile, Bolívia, Colômbia e Equador. Entretanto, as consequências destes ciclos de protestos têm sido contraditórias, similares às que o Brasil viveu desde ao menos 2016, incluindo a emergência de governos de extrema-direita e desafios às instituições democráticas (Acosta *et al*., 2020; Kestler, 2022). Conhecer se e o quanto as experiências aqui analisadas podem ser estendidas a outras juventudes latino-americanas se faz muito relevante.

A hipótese que orienta a construção deste texto é a de que ao menos uma unidade de geração juvenil se constituiu ao longo dos anos 2010 no Brasil, de caráter progressista, na qual se destacaram jovens atuantes em movimentos estudantis e sociais de grande radicalidade, que se denominam aqui como jovens rebeldes. Tais jovens rebeldes adotaram a defesa da igualdade social ao lado de pautas ditas identitárias e demonstraram maior atração pelo repertório de contestação autonomista, mesmo quando no interior de organizações socialistas.

2. Materiais e Métodos

Este artigo se baseia na análise dos resultados de três pesquisas coordenadas por este autor, que trataram das e dos jovens rebeldes nos anos 2010, descritas no Tabela 1.

As pesquisas aqui comunicadas cumpriram as diretrizes éticas estabelecidas para pesquisas envolvendo participantes humanos, tendo sido revisadas e aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas. Os procedimentos foram conduzidos de acordo com os padrões éticos descritos na Declaração de Helsinque. As e os jovens que concederam entrevistas forneceram seu consentimento livre e esclarecido por escrito após receberem informações explícitas sobre os objetivos do estudo, o uso de seus dados e seu direito de desistir a qualquer momento, sem consequências. A confidencialidade das e dos participantes foi garantida por meio da anonimização de seus dados pessoais, incluindo a adoção de pseudônimos escolhidos por elas e eles, e da codificação das entrevistas. As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e de publicação, respeitando a privacidade e a integridade das e dos participantes em todos os momentos. Além disso, as pesquisas foram conduzidas de acordo com os princípios éticos previamente descritos no documento de referência, incluindo o respeito à autonomia, à não maleficência e à justiça.

TABELA 1. Pesquisas coordenadas pelo autor que fundamentam o artigo

Título	Vigência	Tema	Metodologia
Pesquisa I: «A dimensão educativa das organizações juvenis. Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais».	mar. 2016 a fev. 2019	Formação política por coletivos juvenis em universidade pública do interior de Minas Gerais: três ligados ao movimento estudantil, um cursinho popular, um projeto de extensão de cultura popular e um grupo evangélico.	Observação participante do cotidiano dos coletivos e das ações coletivas nas quais participaram, como a ocupação da universidade entre outubro e dezembro de 2016. Entrevistas semiestruturadas com 31 jovens atuantes nesses coletivos, tratando de: engajamento, forma de participação, importância do coletivo para permanência na universidade, formação política e trajetória social. Aprovado pelo Comitê de Ética com o CAAE 45471415.0.0000.5142
Pesquisa II: «Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos».	mar. 2019 a fev. 2022	Ocupações de escolas públicas de Ensino Médio por estudantes em 10 estados do país em 2015 e 2016.	Realização de 80 entrevistas semiestruturadas com jovens que ocuparam suas escolas, em 10 estados, tratando de: formação política antes das ocupações, experiências políticas nas ocupações e trajetórias sociais após as ocupações. Aprovado pelo Comitê de Ética com o CAAE 94809518.1.0000.5142
Pesquisa III: «Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto».	mar. 2022 a mar. 2026.	Jornadas de 2013 no Brasil a partir das experiências, memórias e trajetórias sociais de jovens ativistas e militantes de organizações e coletivos progressistas, que convocaram os primeiros atos em 2013, em 7 estados.	Realização de 27 entrevistas semiestruturadas com jovens que participaram da organização dos primeiros atos das Jornadas de 2013, de caráter progressista, tratando de: formação política antes de 2013, experiências políticas nas Jornadas e trajetórias sociais após as ocupações. Aprovado pelo Comitê de Ética com o CAA E68746223.5.0000.5142

Nota. Fonte: Pesquisas I, II e III.

Nestas três pesquisas, o principal expediente de investigação foi a entrevista semiestruturada. Compreende-se a entrevista semiestruturada

como uma «série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento» (Laville e Dione, 1999, p. 188).

Na pesquisa I, que tratava da atuação de coletivos juvenis no tempo presente, foi utilizado como expediente complementar a observação participante. Por meio dela foi possível observar, o que foi importante para o presente artigo, a adoção de práticas de organização, mobilização e luta mais afeitas ao repertório autonomista, ainda que nenhum dos seis coletivos observados se considerasse autonomistas. A observação participante é uma prática investigativa baseada na copresença da pessoa que pesquisa junto às pessoas e grupos que se quer pesquisar. Desenvolvida em especial pela Antropologia, ela permite conhecer em profundidade as formas de pensar e os modos de vida de grupos sociais, dada sua capacidade de acessar os valores culturais da maneira como são vividos na prática, seja por meio da observação de momentos cotidianos e ordinários da vida das pessoas, seja pelo testemunho de acontecimentos dramáticos (Fonseca, 1999; Brandão, 2007).

O recrutamento das e dos participantes da pesquisa I foi feito por meio do contato direto da equipe de pesquisa com os coletivos juvenis da universidade investigada. Já para as pesquisas II e III, o recrutamento se deu com o apoio de redes acadêmicas constituídas para a sua realização, ou seja, com docentes e discentes de instituições de educação superior que contribuíram com a pesquisa em seus estados. Tais docentes e discentes indicaram para a pesquisa possíveis participantes. A seleção se baseou em critérios qualitativos, ou seja, a busca da maior diversidade possível de participantes, do ponto de vista de formas de atuação e tipos de movimentos e organizações. Na pesquisa II, foi intencional fazer mais entrevistas com jovens do sexo feminino do que os do sexo masculino, considerando que as ocupações secundaristas, segundo a bibliografia e as observações da equipe de pesquisa, foi um movimento liderado e fundamentado nas meninas. Na pesquisa III, houve o esforço bem-sucedido de entrevistar ao menos uma pessoa negra em cada um dos sete estados pesquisados.

Deste modo, as amostras das pesquisas não têm validade estatística, mas têm valor como indicadores dos perfis da população jovem atuante em movimentos sociais dos anos 2010. Por estes indicadores, as Jornadas de 2013 tiveram, entre ativistas e militantes que organizaram os primeiros protestos desse ciclo, um perfil majoritariamente de classe média, juvenil e de estudantes da Educação Superior que ingressaram em carreiras ligadas à política institucional, docência e produção cultural. Já as ocupações secundaristas tiveram perfil majoritariamente adolescente, feminino,

popular e LGBTQIAPN+, equilibrado entre as raças branca e negra e entre as formas de atuação independente e organizada (como ativista ou militante de organização), que ingressaram em instituições de educação superior após concluir o Ensino Médio.

Como procedimento de análise, foi feito o uso da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (Bardin, 1977; Mendes e Miskulin, 2017). Após as leituras flutuantes das entrevistas, foram criadas categorias de análise que orientaram a releitura das entrevistas (tratamento de dados). Durante este tratamento, foram feitas seleções de excertos das entrevistas e/ou síntese de trechos significativos, assim como levantamento de palavras-chave. Foram construídos quadros e tabelas que condensaram estes dados e fundamentaram a sua interpretação (inferência a respeito dos sentidos e significados atribuídos pelas pessoas entrevistadas) e análise (relação entre estes sentidos e significados e os referenciais teóricos).

Estes tratamentos de dados das três pesquisas, além de suas interpretações e análises, em parte descritos na bibliografia do autor citada ao longo do artigo, foram retomados para a construção do presente texto. Foi feito um novo processo de condensação, interpretação e análise, agora com teor comparativo, buscando conhecer como os dados se complementavam no que se refere às experiências em relação aos retrocessos políticos, vividas durante os protestos e nos anos seguintes. Para tanto, os resultados principais expostos na bibliografia citada pelo autor, que sintetiza as Pesquisas I, II e III, são fundamentais. O corpo do texto recorre principalmente às interpretações e análises expostas nesta bibliografia. Os excertos das entrevistas foram escolhidos com a intenção de ilustrar os principais resultados do artigo.

3. Juventude e formação política

É relevante explicitar como estão sendo aqui entendidos os conceitos principais utilizados no artigo, que também orientaram as pesquisas citadas na seção anterior, as quais fundamentam este texto: experiências, unidade de geração juvenil, unidade de geração juvenil progressista e formação política.

Experiências são entendidas como vivências de situações excepcionais, que rompem o cotidiano, como lutas e movimentos sociais (Groppo e Silveira, 2020). Elas são compreendidas da forma como E. P. Thompson (2002) entendia a «experiência de classe modificada», quando tratou das situações em que as classes trabalhadoras enfrentaram momentos excepcionais da realidade social, como greves e movimentos, lançando mão da experiência vivida e acumulada no dia a dia, mas dando a ela novos sentidos, os quais fundamentam e orientam as suas lutas.

Uma unidade de geração juvenil é entendida segundo a definição de Karl Mannheim (1982). Mannheim considera que uma geração é constituída, fundamentalmente, por experiências singulares vividas em sua juventude por um grande número de pessoas que compartilham idades semelhantes. Entretanto, ele argumenta que é possível que uma mesma geração abrigue diferentes unidades de geração, ou seja, diferentes visões de mundo assumidas ou criadas por parte das pessoas jovens em decorrência daquelas experiências singulares, tal qual «românticos» e «realistas» na cultura do século XIX europeu, ou ainda nazifascistas e socialistas na primeira metade do século XX.

A unidade de geração progressista é a que se constituiu no Brasil do início do século XXI em decorrência da postura de jovens de apoiar as reformas sociais do lulismo ou desejar o aprofundamento e ampliação delas, incluindo o reconhecimento de pautas chamadas de identitárias (de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+). Fazem parte dessa geração as e os jovens rebeldes que o artigo aborda, jovens que nos anos 2010 atuaram em movimentos sociais, juvenis e estudantis de caráter progressista.

Trago como hipótese, a ser validada ou não por outras investigações, que também se constituiu nos anos 2010 uma unidade de geração juvenil conservadora. Ela teria adotado um posicionamento contrário às reformas do lulismo, na combinação de valores políticos e econômicos de matriz neoliberal (como a defesa do livre mercado e da desregulamentação das relações de trabalho) com valores morais conservadores (como a defesa da «família» em contraposição ao feminismo e aos direitos da população LGBTQIAPN+).

Formação política é o termo adotado desde a pesquisa I (Groppo, 2020) para nomear o complexo conjunto de processos formativos que ensinam as pessoas, em especial em sua infância, adolescência e juventude, a respeito da política (princípios, valores, normas, ideologias, instituições e práticas). Diversas são as instituições sociais que participam deste processo formativo. Os estudos no campo da socialização política quase sempre destacaram a família e a escola como instituições-chave no processo de formação política, assim como a sua atuação durante a infância dos indivíduos. É verdade que o campo ampliou o rol de instituições e ambientes formativos em suas considerações, incluindo os movimentos sociais e as ações coletivas, assim como avançou para outras etapas da vida as suas preocupações (adolescência e juventude). Tem sido capaz também de avaliar o impacto das desigualdades sociais na formação de ideias, valores e hábitos necessários para a atuação plena no campo político (Tomizaki *et al*., 2016). O que me parece ser heurístico neste terreno de estudos da socialização política é o olhar sobre as continuidades e os

acúmulos dos processos que investigam, que, na verdade, parecem predominar em abrangência espacial e duração temporal na formação política das pessoas.

Entretanto, para algumas pessoas, em um momento ou mais de suas vidas, é possível que vivam situações que rompem, suprimem ou simplesmente desloquem o cotidiano —as experiências, conforme definido acima. Entre elas, o que Jacques Rancière (1996) chamou de situação primordial da política, o «desentendimento», um hiato entre o consenso estabelecido pelas instituições políticas consagradas (a «polícia») e a manifestação efetivamente política de pessoas que eram até então consideradas como não políticas ou pré-políticas. Neste hiato, tempo em que se nega a possibilidade de dialogar enquanto se dialoga, espaço que é tido como fora do político enquanto abriga lutas políticas efetivas, ocorrem processos de subjetivação política em ao menos duas frentes: a formação de coletivos instantâneos sob a insígnia da igualdade; e a desidentificação das pessoas em relação às posições e *status* social outrora atribuídos, que negavam a elas a condição de sujeitos políticos (Rancière, 1996). Enquanto provoca dissenso e revela a igualdade política entre as pessoas, a subjetivação política constrói sujeitos políticos, por meio de ações contestadoras de pessoas antes vistas como não políticas, negando assim a classificação excludente outrora estabelecida. Isso significa que, na participação política incidental ou inesperada, como em ações coletivas e ciclos de protesto, os indivíduos também podem se formar politicamente e transformar, de modo parcial ou radical, o sentido previsto pelos itinerários traçados pela socialização política prévia.

Nas pesquisas aqui tratadas, verificou-se que a subjetivação política foi decisiva na formação política de jovens rebeldes durante sua participação em movimentos —ocupações de escolas e *campi* universitários, participação em protestos e atuação na construção de coletivos juvenis. Entretanto, essas pesquisas verificaram que a subjetivação política pode ser acompanhada de um processo correlato negativo, algo como um reverso da subjetivação política. Ele acontece quando as experiências oriundas da subjetivação política, inclusive por sua intensidade e pelas expectativas de transformação social que geram, implicam dores, sofrimentos e até mesmo traumas que, ao longo das trajetórias juvenis, podem ter influências ambíguas, ora afastando jovens da participação política, ora reaproximando elas e eles de ações coletivas e organizações, quando traumas são ressignificados.

As análises que seguem identificaram notadamente este reverso da subjetivação política justamente nas experiências dolorosas e traumáticas vividas em função da repressão policial, das derrotas de seus movimentos,

das perseguições judiciais, sociais ou cotidianas e das dificuldades de manter a atuação política, enquanto jovens rebeldes assistiam ao crescimento da extrema-direita, *pari passu* aos retrocessos da democracia representativa desde a segunda metade dos anos 2010 no Brasil. O retrocesso político e o crescimento da extrema-direita no Brasil recente também significaram a repressão, deslegitimação e tentativa de apagamento de uma unidade de geração progressista protagonizada por jovens rebeldes de grande combatividade.

4. Resultados

4.1. Jornadas de 2013 e os retrocessos políticos

As Jornadas de 2013 é o tema da pesquisa III, citada no Tabela 1. Apesar de uma sequência crescente de movimentos protagonizados por coletivos de origem estudantil dramatizarem o tema do transporte público ao menos desde a Revolta do Buzu (Salvador em 2003), passando pela Revolta da Catraca (Florianópolis em 2004) e a campanha do Movimento Passe Livre (MPL) (São Paulo em 2011), as ações coletivas de 2013 atingiram uma dimensão tão massiva quanto inesperada (Maricato *et al*., 2013).

Os sentidos e legados de 2013 foram se tornando cada vez mais controversos ao longo do tempo, configurando-se para uma parte do campo intelectual e político progressista como a principal causa dos retrocessos políticos dos anos seguintes. De início, é verdade, houve um encantamento, quando analistas consideraram que este ciclo de protestos, de um lado, se arvorava na «horizontalidade» disseminada, naquele momento, principalmente por jovens autonomistas na luta pela ampliação de direitos sociais e, de outro, fundamentava a ampliação exponencial de eventos e manifestantes em uma espécie de autoconvocação pelas redes sociais da Internet (Cava e Cocco, 2014; Gohn, 2014). Posteriormente, entretanto, as grandes manifestações pelo impeachment de Dilma em 2015 e 2016, bem-sucedidas em seu intento, fazendo uso de repertório patriota de protesto já ensaiado em vários atos em 2013, assim como o resultado das eleições presidenciais de 2018, deram margem à tese de que as Jornadas foram o «ovo da serpente», gestando os retrocessos políticos dos anos seguintes (Lima e Hajime, 2016).

Mendonça e Simões (2022), em diálogo com o pós-estruturalismo, recusam definições simplistas a respeito das Jornadas, tratando-as como um «acontecimento» aberto a interpretações e ressignificações, dada a sua emergência contingente e sua complexa configuração, quando atrizes e atores pareceram se criar e reconfigurar *a posteriori* das ações. Bringel (2022) tem um olhar otimista sobre o potencial de renovação democrática contido nas Jornadas, mas compreende que os campos de ação

liberal-conservador e autoritário-reacionário se constituíram e se fortaleceram na esteira da crise social e política pós-2013. Uma interpretação desencantada de 2013, e que se fundamenta de forma muito consistente em dados a respeito de eventos de protesto, é a de Alonso (2023) que, com base na Teoria dos Processos Políticos, demonstra a presença de movimentos conservadores e de direita na latência das Jornadas, assim como a importância desses movimentos para a massificação e expansão dos atos em junho de 2013.

Na segunda metade de junho de 2013, uma enorme quantidade de pessoas foi às ruas na fase massiva das Jornadas, mesmo sem grande compreensão ou definição de suas pautas e objetivos, desejantes de participação política e movidas por um sentimento difuso de indignação que, desde já, em parte foi organizado pelo repertório patriota propalado pelas mídias comerciais (Alonso e Mische, 2017). Nos anos seguintes, essa indignação difusa foi canalizada para a campanha pelo impeachment de Dilma e por candidaturas e pautas da extrema direita, levando a um acirramento político-ideológico (Groppo *et al*., 2024a).

Em suas entrevistas, ativistas e militantes referendam este olhar sobre a extrema-direita: ela aprendera a disputar a rua e fazer mobilização popular, conseguindo retraduzir indignações e demandas difusas em ideário político que se apresenta como antissistema por causa de suas conotações radicais. A extrema-direita se afirma como estando empenhada em sanear supostos males sociais causados por direitos constitucionais que defendem minorias e por políticas de redução das desigualdades (Besen, 2026). Entretanto, as e os participantes da pesquisa III, jovens atuantes em movimentos e organização presentes nas Jornadas de 2013, foram otimistas sobre os sentidos delas: foi exceção entre elas avaliar negativamente as Jornadas, e apenas duas avalizaram a tese do «ovo da serpente».

Quando se questionou ativistas e militantes a respeito das principais dificuldades encontradas nas Jornadas, reapareceu um tema bastante destacado por intérpretes que se desencantaram com elas: o antipartidarismo. Apesar de o antipartidarismo não ter sido a principal dificuldade relatada, ele foi relevante entre militantes socialistas, que recordaram do ataque a bandeiras e a pessoas com camisetas de partidos. Entretanto, como se verá adiante, do ponto de vista de ativistas e militantes, as relações entre 2013 e os retrocessos políticos serão lembradas muito mais pela repressão policial.

Ainda assim, não é nada desprezível entre as entrevistas, em especial por militantes socialistas, a perplexidade diante da exigência de uma crescente multidão de verde-e-amarelo de que as bandeiras de partidos

fossem abaixadas, enquanto grupos de direita atacavam manifestantes com camisetas de partidos, como na grande manifestação de 20 de junho de 2013 em São Paulo, que deveria comemorar a conquista da revogação do aumento das tarifas.

Parte relevante da bibliografia sobre 2013, em especial a que trata de coletivos autonomistas, revela a dificuldade de pesquisas explicarem a passagem da fase inicial dos protestos —aguerridos, com pautas precisas, mas de tamanho mais discreto— para a fase massiva das Jornadas na segunda metade de junho (Groppo *et al*., 2023). Há consenso apenas sobre o efeito da indignação causado na opinião pública pela repressão policial ao ato de 13 de junho em São Paulo. Algumas pesquisas, contudo, fazem alusão ao uso das redes sociais para uma autoconvocação dos protestos, gerando uma adesão individualizada e sem a necessidade da mediação de organizações. Parece vingar, aí, uma condição mais de ambiguidade na participação do que de adesão coerente à direita. Participação individual, hesitante e sem compreensão dos fundamentos dos protestos, em que cada sujeito da multidão buscava mais a expressão de si —comprovada pela *selfie* postada no Facebook— do que uma identificação com pautas comuns. Poder-se-ia ainda concluir, a partir de Alonso e Mische (2017), que o ímpeto de ampla participação cidadã esboçado em 2013, despertado por autonomistas e socialistas, foi deslocado para o repertório patriota na sua fase mais massiva, na segunda metade de junho, enfatizando um nacionalismo anticorrupção e antipartidário, mas ainda sem a consistência e a radicalidade que o movimento pelo impeachment de Dilma conseguirá em 2015 e 2016.

Em uma análise que a Pesquisa III fez de seis entrevistas de ativistas e militantes em cinco municípios do interior dos estados —Caxias do Sul/RS, São José dos Campos/SP, Americana/SP, Poços de Caldas/MG e Alfenas/MG—, buscamos testar esta hipótese a respeito da expansão de «Junho», que teria sido causada por um efeito contágio via redes sociais, despertando uma mobilização massiva com ambiguidade no sentido de sua participação, apesar da adoção de símbolos nacionalistas (Groppo *et al*., 2024b). Esta análise chegou a resultado díspar, já que, a rigor, apenas na cidade gaúcha esse modelo se repetiu. Em Americana/SP, o movimento é semelhante em sua origem, mas consolida uma frente progressista que orienta os sentidos dos atos, enquanto que nos municípios mineiros e em São José dos Campos/SP há uma organização prévia verificada, formada por autonomistas e socialistas, incluindo a juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) em Poços. Ainda nesses casos, a multidão que se manifesta nem sempre tem postura apenas patriota e pacífica, mas também encabeça ou engrossa, como em São José dos Campos, trancamentos de

rodovia, ou ainda ataca vitrines de lojas e bancos, enfrentando sem temor a polícia.

Um olhar que considere as fases da latência de 2013 e os eventos de protesto subsequentes a junho, a despeito desses eventos não carregarem o gigantismo dos grandes atos da segunda metade do fatídico mês, contribui para compreender por que as Jornadas são, para grande parte de ativistas e militantes, um impulsionador de movimentos progressistas. Trata-se de conceber 2013 como um «ciclo médio»: há um trabalho de base e mobilização importante pelo Movimento Passe Livre (MPL) e Comitês Populares da Copa (CPC); os protestos já começam em março, com bem-sucedida mobilização protagonizada pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre/RS; há atos aguerridos e com pautas progressistas, envolvendo também as obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas, em muitas capitais e grandes cidades na primeira metade de junho, em destaque o complexo de lutas sociais no Rio de Janeiro; pulularam greves defensivas ao longo de 2013, assim como ocupações urbanas (que fortaleceram movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e em proteção de áreas públicas (Ocupe o Cocó em Fortaleza e Ocupação do Cais Estelita em Recife) (Braga, 2017).

4.2. A importância das Jornadas de 2013 para os movimentos progressistas dos anos 2010

Ao considerar as Jornadas como um ciclo «médio» de protestos, para além do ciclo curto das megamanifestações concentradas na segunda metade de junho de 2013, é possível compreender melhor porque parte importante de jovens e ativistas que concederam entrevistas para a pesquisa III reconhecem importantes legados das Jornadas para os movimentos juvenis progressistas dos anos seguintes.

2013 é ponto alto dos movimentos progressistas dos anos 2010, mas ele teve sua latência, destacando-se a impactante mobilização do MPL-SP em 2011 (ainda que derrotada), anunciando a importância e o encanto do repertório autonomista em 2013 e sua herança para coletivos juvenis, organizações estudantis e movimentos feministas, negros e LGBTQIAPN+ (Perez, 2019).

A Primavera Feminista de 2015, contrária ao projeto do deputado Eduardo Cunha que visava dificultar o aborto nos casos previstos por lei, é mencionada como relevante não apenas para o movimento feminista, mas também para o movimento das ocupações estudantis de 2015 e 2016: o feminismo secundarista que se desenvolveu ao longo desses anos foi importante fonte para a mobilização das estudantes nas ocupações de escolas e *campi* universitários (Silveira e Groppo, 2019). Ainda, se destaca

a forte presença feminina juvenil na convocação dos atos contra a candidatura de extrema-direita nas eleições de 2018, e o mote «Ele Não!». 2019, já durante o governo de extrema-direita, conhece os últimos protestos progressistas antes da pandemia, contra os cortes na Educação Superior.

Em plena pandemia, jovens de diferentes camadas sociais organizam protestos antifascistas, enquanto parte de entregadoras e entregadores por aplicativo organizaram uma paralisação (Abilio, 2020).

A relação entre o fortalecimento de movimentos progressistas e as Jornadas é forte principalmente nos relatos de ativistas e militantes negras e negros, com apoio de uma pequena bibliografia sobre 2013 que aborda o tema (Silva *et al*., 2025). 2013 teve importantes pautas direta ou indiretamente raciais, a começar pela denúncia das remoções forçadas de populações periféricas por obras para Copa e Olimpíadas, mas também do peso do custo do transporte público e da falta da mobilidade urbana, considerando que predominam negras e negros nessas populações mais afetadas. Destacou-se entre as pautas também a violência policial e o extermínio de jovens negros, mobilizando moradoras e moradores das favelas cariocas, como o movimento «Cadê o Amarildo?», criado durante as Jornadas e que virou principal mote do movimento na capital fluminense (Silva, 2025). Deve ser citado também o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra e o Ocupa Alckmin, nascido das Jornadas, cujo acampamento em frente ao Palácio do Governo tinha como principal pauta a denúncia da violência policial contra jovens negros.

Em 2013 o impacto da adoção das cotas raciais em universidades públicas já vinha sendo citado, conforme as entrevistas. Universidades Federais haviam adotado as cotas raciais anos antes da promulgação da lei nacional de cotas raciais, que é de agosto de 2012. Entre elas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde se formaram coletivos de estudantes negras e negros contra o uso fraudulento das cotas. Nos anos seguintes, a política de cotas vai impactar ainda mais o movimento estudantil universitário, levando às entidades estudantis e aos seus levantes não apenas mais militantes negras e negros, mas também pautas voltadas à temática racial.

Militantes negras e negros nas Jornadas que concederam entrevistas para a Pesquisa III ainda registram a sua busca pela política institucional, disputando e vencendo eleições para cargos da vereança e legislatura estadual em partidos socialistas —especialmente, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)— e, por vezes, fazendo uso do mecanismo do mandato coletivo.

Entretanto, se é verdade que os anos 2010 podem ser caracterizados como anos rebeldes, não é menos verdadeiro afirmar que eles tiveram um desfecho regressista na política nacional. Em 2016, um golpe parlamentar afastou Dilma e impôs o governo Temer, que inverteu por completo os sentidos das políticas sociais e econômicas do lulismo. 2018 teve em seu início o assassinato da vereadora carioca do PSOL, Marielle Franco, representante das jovens feministas negras, e em seu desfecho a vitória do candidato da extrema-direita nas eleições presidenciais. Encerra a década de 2010 e inicia a seguinte vírgula em 2020 e 2021, a pandemia do Covid-19, quando os desmandos do presidente eleito e os desencontros do seu governo no combate ao coronavírus foram responsáveis por mais perdas de vidas do que era então inevitável.

Apesar de todas as dificuldades, na segunda metade dos anos 2010, diante da enorme instabilidade política no Brasil, os coletivos juvenis ligados ao movimento estudantil foram as organizações progressistas mais atuantes contra os retrocessos, mas, ao mesmo tempo, as mais afetadas por eles, em especial após a repressão das ocupações de 2016 e as eleições de 2018. Como esses retrocessos impactaram as e os jovens rebeldes é tema do item a seguir.

4.3. Estratégias e táticas da repressão aos movimentos juvenis progressistas

Como anunciado, a principal dificuldade relatada por ativistas e militantes em 2013 foi a repressão policial (repressão aos atos, clima de medo e perseguição, policiais infiltrados etc.): «A repressão policial foi absurda, a ponto de ter acontecido em todos os atos de 2013 e se tornar, tipo, normal» (Luís Gama/RJ, militante de movimento estudantil, entrevista, 2023); «Fui grampeada, fiquei 3 meses grampeada, quase fui presa» (Patrícia/RJ, advogada apoiadora, entrevista, 2023). Esses trechos de entrevistas ilustram as percepções sobre o tamanho da repressão policial, quase que normalizada na expectativa de manifestantes, assim como a continuidade dela na vigilância de ativistas.

A repressão contra o movimento das ocupações secundaristas de 2015 e 2016 somou, à da polícia, aquela de contramovimentos, com a participação de parte da própria comunidade que era contrária às ocupações, contando ainda com o apoio da mídia comercial. Na primeira onda das ocupações secundaristas, do final de 2015 a meados de 2016, os alvos do movimento eram as políticas estaduais regressivas na educação, a denúncia de condições precárias nas redes de ensino e o apoio a greves docentes. Governos estaduais de centro-direita, como os do Partido da Social Democracia (PSDB), tipicamente se recusaram a negociar e buscaram usar

repressão policial articulada a pedidos de desocupação na justiça (como São Paulo e Goiás). O governo gaúcho, entretanto, do centro-direitista Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), negociou com as e os ocupantes.

É preciso citar também que, nas ocupações, tanto na primeira quanto na segunda onda (esta ocorrida entre outubro e dezembro de 2016), a repressão policial, na forma de ameaças, intimidações e invasões, foi maior em escolas de periferias, cuja discência em luta era menos protegida pela opinião pública e recebia menos apoio das redes de solidariedade, ambas mais antenadas com o que acontecia nas escolas em regiões centrais e em bairros de classes médias. Esta repressão é uma das explicações para as dificuldades encontradas pela equipe de pesquisa II de recrutar as e os secundas[1] que ocuparam escolas periféricas para as entrevistas, ainda que essas tenham sido a maioria das escolas ocupadas então (mesmo porque são a maioria das escolas públicas no Brasil). Em adolescentes de escolas periféricas, que constituíram a maioria das e dos ocupantes de escolas em 2015 e 2016, conjectura-se aqui, a partir das poucas entrevistas concedidas, que parecem predominar as más lembranças e até mesmo os traumas da experiência de ocupar, quando o processo de subjetivação política não rendeu (ao menos, ainda) influências que estimularam novos engajamentos políticos[2]. Exemplo extremo desta repressão, eficiente apenas por seu efeito ameaçador, é o caso em que juiz da Vara da Infância do Distrito Federal autorizou a polícia militar a reduzir as «condições de habitabilidade» em uma escola ocupada no segundo semestre de 2016 (cortar água e luz, impedir entrada de comida e de apoio, colocar som alto para impedir o sono). Estudantes, sob o signo do temor, desocuparam escola antes da chegada da polícia (Costa e Groppo, 2018).

Secundas, ao lado de estudantes da educação superior, que também ocuparam campi no segundo semestre de 2016 contra as políticas regressivas do governo Temer, com o apoio de sindicatos e outros movimentos sociais, participaram de atos públicos em Brasília em 29 de novembro e em Belo Horizonte em 13 de dezembro contra o Projeto de Emenda à Constituição n. 55 (a PEC do «Teto de Gastos»). Ambas as pesquisas, I e II,

1 Termo adotado pelo movimento das ocupações para se referir aos estudantes de Ensino Médio que ocuparam suas escolas, que remete ao antigo termo pelo qual eram conhecidas e conhecidos: secundaristas.

2 Outra explicação deriva, justamente, da causa desta maior repressão: a menor presença de aliados (organizações e movimentos) nas ocupações de escolas periféricas. Como o recrutamento para as entrevistas fez uso principalmente de redes acadêmicas da pesquisa II, houve também menor número de indicações de secundas destas escolas. Ainda assim, o número de recusas foi maior do que as de secundas de escolas de bairros centrais e de classe média.

colheram relatos de estudantes do Ensino Médio e da Educação Superior que estiveram nesses atos. Sobre 29 de novembro, tanto estudantes da Universidade Sul Mineira quanto do Colégio de Aplicação e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) trazem narrativas semelhantes: em Brasília, se abrigaram sob a bandeira da universidade, em vez de se dividirem de acordo com as juventudes partidárias das quais participavam; a polícia cercou manifestantes e atirou bombas, avançou sua cavalaria e fez sobrevoos baixos com seus helicópteros; policiais continuaram espancando estudantes mesmo após sua dispersão, enquanto aguardavam o transporte para retornar: «Fomos esmagados em Brasília» (Estudante da UFRRJ *apud* Costa e Groppo, 2018, p. 279).

Outro elemento relacionado à repressão foi o uso do poder judicial contra os movimentos juvenis, como já aludido acima, no caso do juiz do Distrito Federal e sua ordem de desocupação de uma escola. Ao longo dos movimentos de ocupações, pairou sobre todos eles a ameaça de despejo judicial. Em São Paulo, após novo movimento de ocupações em maio de 2016, agora das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), o governo estadual assume um novo repertório de contenção. Primeiro, pelo despejo violento do Centro Paula Souza, quando a polícia militar descumpriu determinação judicial sobre os procedimentos a serem adotados na desocupação. A seguir, a Secretaria de Segurança Pública, baseada em parecer do Ministério Público, decidiu que não era preciso mais autorização judicial para desocupar escolas —tanto que, em outubro de 2016, em algumas poucas escolas paulistas em que estudantes se mobilizaram para ocupá-las, a polícia militar, rapidamente e sem qualquer mandato, desocupou-as.

A desocupação do Centro Paula Souza deu início a uma sistemática vigilância e perseguição a estudantes rebeldes do Ensino Médio na capital paulista, o que Biliatto (2022) chamou de «caça aos secundas»: membros do coletivo autonomista «Secundaristas em Luta» tiveram seus celulares aparentemente grampeados, foram seguidas e seguidos por agentes de segurança e, em alguns casos, foram vítimas de agressões. Segundo Biliatto (2022, p. 213), o aparato coercitivo estatal levara a sério o mote do coletivo Secundaristas em Luta: «Estudante organizado, perigo pro Estado».

Tão ou mais traumático para jovens rebeldes foi o processo de criminalização que parte delas e deles sofreram. Nas Jornadas de 2013, os casos mais patentes foram de ativistas no Rio de Janeiro, que também foi tema de publicações que denunciaram essas perseguições e relataram as experiências de ativistas nas prisões (Jourdan, 2018; Mendes, 2017). As entrevistas da pesquisa III encontraram outro importante exemplo, a criminalização da Frente de Lutas de Goiânia: em 2014, quando se mobilizavam

para novo movimento contra o aumento das tarifas, participantes da Frente foram processados após a prisão de três de seus principais ativistas. Em sua entrevista, Heitor/GO conta:

> Eu conheço pelo menos sete pessoas que eram do núcleo duro (da Frente de Lutas), que entraram no alcoolismo, depressão, drogas ou mesmo no suicídio, e que eu acho que é um índice alto. […] A saúde mental da galera, por conta das repressões, com certeza, se deteriorou muito. Então, de todo mundo que participou de 2013, conheço pouca gente que está saudável da cabeça (Heitor/GO, ativista da Frente de Lutas de Goiânia, entrevista, 2024).

Heitor/GO apresenta sua percepção de que a criminalização do movimento autonomista do qual participava impactou a vida pessoal e a saúde mental de quem atuava na Frente de Lutas. Ele próprio, Heitor/GO, enfrentou dificuldades na vida profissional e uma depressão.

Em 2016, durante a primeira onda de ocupações secundaristas, o governo do Ceará, do PT, por meio de seu secretário da educação, propôs 25 notícias-crime à polícia, ou seja, uma notícia para cada escola ocupada, denunciando supostos danos ao patrimônio público. As e os estudantes que tiveram seus nomes citados, mais de 300, receberam intimação para depor na polícia civil entre agosto e setembro de 2016. O secretário recuou depois e solicitou a suspensão das investigações, mas alguns estudantes com mais de 18 anos continuaram sob investigação (Costa e Groppo, 2018). Já o governo paranaense, em 2016, sob a égide do PSDB, moveu um silencioso processo judicial contra estudantes que participaram do maior movimento de ocupações escolares da história brasileira no segundo semestre daquele ano. Em 2022, 11 estudantes se surpreenderam com a notícia de suas condenações, devendo pagar indenizações por supostos danos às escolas durante 2016 (Matos, 2022).

Além da repressão institucional, o movimento das ocupações, em especial durante a sua segunda onda, foi alvo de contramovimentos de desocupação muito bem articulados e com apoio de governos estaduais. Neste momento é que organizações da nova direita passam a ter papel proeminente, destacando-se o Movimento Brasil Livre (MBL), que articulou o «Desocupa Paraná» em outubro de 2016. O Desocupa Paraná foi capaz de levar a efeito projeto de repressão paraestatal apenas esboçado pelo governo paulista no primeiro movimento de ocupações em 2015. O MBL se articulou com a mídia conservadora e contou com o apoio do governo estadual, mobilizando parte da sociedade civil contra as ocupações escolares, incluindo responsáveis, docentes e estudantes que não apoiavam as ocupações (Groppo *et al*., 2021).

O formato de repressão paraestatal paranaense teria sido efetivado também como forma de evitar novo desgaste da polícia militar e do governo estadual com o uso da força coercitiva estatal, depois do impacto do Massacre do Centro Cívico de Curitiba, em 2015, quando centenas de servidoras e servidores paranaenses sofreram ferimentos durante manifestação no entorno da Assembleia Legislativa contra a aprovação de leis que prejudicariam o funcionalismo público. O modelo, entretanto, foi tão bem-sucedido que foi levado para outros estados que tiveram grande número de ocupações no segundo semestre de 2016, como Minas Gerais e Espírito Santo, com diversos casos de desocupações violentas de escolas por intermédio de contramovimentos e o apoio de setores da sociedade civil. Efetivamente, houve contra a segunda onda de ocupações uma articulação nacional de repressão: desocupações pela polícia ou por contramovimentos, indiciamento policial, espionagem, intimidação, chantagem e incitação à violência contra ocupantes. Essa repressão estatal e paraestatal, mais organizada, se aproveitou da experiência acumulada por revezes e sucessos anteriores, na primeira onda. O estado do Paraná, como apresentado, conseguiu inclusive fazer uso mais da repressão paraestatal do que da policial (essa, mais efetiva apenas no descenso do movimento, cumprindo mandatos de reintegração de posse). Ainda que as ocupações paranaenses tenham sido o maior movimento deste tipo na história de nosso país, a repressão conseguiu mobilizar parte da própria sociedade civil em um contramovimento capitaneado pelo MBL contra secundas.

Repressão, judicialização, criminalização, contramovimentos e derrotas geraram muitas emoções negativas: cansaço, angústia, adoecimento físico e mental em longas ocupações, ou nas intermináveis noites de protesto em junho. Jovens rebeldes nos relataram medo e tristeza após repressão ou desocupação, traumas que dificultaram a continuidade da atuação política para parte delas e deles. A severa repressão, antes e depois do movimento, atemorizou e calou parte das e dos secundas, em especial de quem tinha a condição de independente, que não contava com a guarida institucional e mesmo emocional de organizações: «Era o tempo todo chorando de medo, porque era o tempo todo muita ameaça. A Maria, depois de um tempo de ocupação, ela não andava sozinha, e eu andava sozinha, mas sempre com um pé atrás» (Carolina de Jesus, secunda de Minas Gerais, entrevista, 2019). No período pós-ocupação, uma quantidade relevante de secundas, especialmente mulheres, para quem as ameaças e ofensas dos movimentos de desocupação eram preferencialmente dirigidas, desenvolveu traumas que, em alguns casos, não apenas as afastou da continuidade da participação política, mas trouxe prejuízos às suas vidas pessoais.

4.4. Elementos regressivos no cotidiano de jovens progressistas

Se é confirmada a hipótese de que, ao lado da unidade de geração juvenil progressista, também se constituiu no Brasil uma unidade de geração conservadora, atraída e informada pela extrema-direita, teríamos outra manifestação da dialética da condição juvenil, ou seja, do potencial da juventude estranhar o mundo social na forma como ele se apresenta —valores e instituições vigentes— e construir ou buscar alternativas visões de mundo e formas de vida coletiva. Movimentos fascistas e nazifascistas —com suas Seções de Assalto e a Juventude Hitlerista— em parte foram contramovimentos juvenis (Mannheim, 1961; Groppo, 2000).

Considera-se que, na atualidade, as organizações de extrema-direita têm se apresentado à juventude não como contramovimentos conformistas, mas sim como movimentos radicais. Em parte, canalizam aquele desejo difuso da sociedade civil por transformações no sistema político, desejo que desaguou ou tomou forma nas ruas em Junho, e desejo expresso desde então na indignação contra a «corrupção» e na rejeição a partidos (em especial ao PT). Em parte, canalizam também aquelas sempre latentes dimensões insubordinadas da condição juvenil, alimentadas pelas insatisfações diante dos cenários cada vez mais difíceis de transição à vida adulta que são oferecidos às e aos jovens: da precariedade das ocupações de jovens populares no mundo do trabalho, apesar do aumento de sua escolarização, ao cessar da ascensão econômica na sucessão das gerações, para jovens das classes médias.

A extrema-direita se oferece como «redenção» da vida política, mas também da vida privada, o que explica a grande atração exercida por este campo político em jovens do sexo masculino insatisfeitos com o sucesso relativo das pautas feministas. Efetivamente, ela não se constitui como um todo coerente de ideias e valores, mas um mosaico que, ao lado da postura radical e ativa (capaz de fazer protestos de rua e campanhas pelas redes sociais), agrega a defesa de valores do capitalismo neoliberal em sua adesão entusiasmada ao empreendedorismo, atraindo não apenas a simpatia de parte da juventude das classes médias, mas também de jovens que vivem cada vez mais longe dos direitos trabalhistas outrora assegurados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), penando em ocupações reguladas arbitrariamente por plataformas e aplicativos (Abilio, 2020).

A extrema-direita apareceu de forma direta nas entrevistas, especialmente no forte contramovimento «Desocupa» em 2016, mas também, antes, sua reaparição pública por meio daqueles grupos que coordenaram o ataque às bandeiras de partidos em 20 de junho de 2013 em São Paulo. Pautas liberais, conservadoras e de extrema-direita, que também já vinham sendo cultivadas na latência de 2013, parecem ter conseguido

orientar, de forma mais ou menos bem-sucedida, os sentidos dos atos massivos da segunda metade de junho, por meio do repertório patriota e de apelos moralistas fundados no combate à «corrupção» (Alonso, 2023).

Este ambiente político, social e cultural, solo fértil para o crescimento da extrema-direita na política institucional, também permite a penetração desse campo no cotidiano que cerca aquelas e aqueles jovens rebeldes dos anos 2010, seja nas escolas e universidades, no trabalho, na família, nas igrejas e entre pares. Já nos contramovimentos de desocupação, como narram algumas entrevistas, secundas descobriram, com grande pesar, que parte de suas e seus colegas de escola, até mesmo de turma, estavam na turba que antagonizava a ocupação.

Entre as e os 80 estudantes que entrevistamos, em apenas um caso —Johnny Cash (secunda de Minas Gerais, entrevista, 2019)— houve o reconhecimento de voto ao candidato de extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018. Jovem de classe popular, que aderiu à ocupação para defender suas amigas de ameaças de estudantes que aderiram ao «Desocupa», Johnny Cash, após 2016, passou, segundo ele, de um extremo a outro —para retornar, no momento que concedeu sua entrevista, em 2019, ao campo da esquerda.

Jovens, quase sempre tão aguerridas e aguerridos em coletivos identitários, vivenciaram outras experiências de medo e tensão em 2018. Se a morte de Marielle amedrontou feministas, especialmente negras e negros, a vitória do candidato de extrema-direita de discurso LGBTfóbico amedrontou a comunidade LGBTQIAPN+. Larissa, secunda catarinense LGBTQIAPN+, entrou em pânico no dia da vitória do candidato extremista:

> No dia em que ele se elegeu, eu falei: «Cara, que merda, e agora?» E meus amigos ficaram com medo de ir pra casa […] e eles ficaram fazendo grupos para ir pra casa, assim tipo, «Ah, vamos eu e você, vem comigo e a gente finge que é um casal, e aí eles não veem que você é gay» (Larissa, secunda de Santa Catarina, entrevista, 2019).

Este trecho da entrevista de Larissa revela o quanto a explícita pauta LGBTfóbica da extrema-direita, ao lado do antifeminismo, amedrontou jovens LGBTQIAPN+. Parecia que a difusa ameaça à integridade física de pessoas LGBTQIAPN+ viria a se tornar legitimada como política de governo.

A extrema-direita vai se associar a outra frente que terá também grande impacto político e social: o fundamentalismo religioso, marcante nas religiões evangélicas e em parte do catolicismo. As religiões evangélicas, inclusive, vão assumir nova postura diante da política institucional, não apenas direcionando o voto de fiéis, mas também sustentando candidaturas e até mesmo partidos políticos. A extrema-direita aí representa as e

os «empreendedores morais», incluindo a denúncia da suposta «ideologia de gênero» e da doutrinação comunista via «Escola sem partido». Trata-se de um contra-ataque poderoso ao «currículo das ocupações», quando as práticas formativas (em «aulões» e oficinas) tinham como temas predominantes justamente as questões identitárias e a formação política (Lima *et al*., 2022).

Antes mesmo deste revide, porém, Esperança (secunda do Espírito Santo, entrevista, 2019), no Ensino Médio, enfrentou seu professor que lhe atribuiu nota zero em trabalho sobre gênero. Esperança se baseou no feminismo negro para fazer o trabalho, o que foi definido pelo docente como «vitimismo». Diante da atitude da direção, que apoiou o professor, a secunda pediu transferência de escola.

Finalmente, a extrema-direita ocupou as redes sociais da Internet, mas não sem o apoio das grandes corporações que são proprietárias dos principais meios. As redes sociais corporativas foram um importante recurso de mobilização para os protestos de 2013, e não apenas durante a fase multitudinária da segunda metade de junho, como a grande maioria de ativistas e militantes que participaram da Pesquisa III reconhece. Compensava os riscos da vigilância e da censura o fato de as redes serem veículo de comunicação que davam acesso a um enorme número de pessoas sem a necessidade da mediação das mídias comerciais tradicionais (Gerbaudo, 2021). Entretanto, o novo algoritmo implementado pelo Facebook alterou em parte a dinâmica do espaço público virtual, reduzindo o impacto das postagens ditas independentes (Valente, 2019). A mudança contribuiu para o crescimento das pautas da extrema-direita e o acirramento ideológico (Penteado e Guerbali, 2016; Brodbeck e Prudencio, 2022).

O sucedâneo do uso das redes sociais como cultivo da indignação popular, por meio do apelo às emoções nas postagens, foi a prática de ameaça e intimidação de oponentes. Parte de secundas em 2016 resolveu deixar seus aparelhos celulares desligados depois de mensagens assustadoras por WhatsApp. As redes sociais corporativas passam a ser arena de ofensas e acirramento dos ânimos, politizando a sociedade tanto quanto a incapacitando para o debate de ideias e a construção de consensos. As redes sociais tiveram grande importância nesses retrocessos da política, enquanto, paulatinamente, o mundo acadêmico transitava da saudação entusiasmada para a denúncia melancólica das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Com grande apoio delas, o pêndulo político saiu do centro para a direita, mesmo com a vitória de Lula em 2022, refém do «Centrão» no Congresso.

8. Conclusões

Especialmente em sua segunda metade, os anos 2010 vivenciaram retrocessos nas instituições democráticas e o avanço da extrema-direita, bem-sucedida em seu empenho de fazer com que suas ideias e valores, ainda que pouco coesos e coerentes, ganhassem grande espaço na vida social e política. Mas os anos 2010 foram também os de importante mobilização de jovens progressistas, orientando-se por repertórios autonomistas e socialistas, além de pautas identitárias que ganharam força nas Jornadas de 2013.

Este artigo buscou fazer uma espécie de cotejo —ou acerto de contas— entre essa juventude rebelde e os elementos regressivos na política nacional. As experiências de tais jovens tiveram algumas dimensões mais marcantes. Na dimensão estatal, as experiências de jovens rebeldes com a regressão política se deram na forma de repressão policial, perseguição e criminalização, além da judicialização. A segunda dimensão é a da sociedade civil, na forma de acirramento político-ideológico, no fechamento do debate público nas redes sociais corporativas (dispositivos que se tornam forma de vigilância, ameaças e perseguição) e no crescimento das pautas e valores conservadores, liberais e da extrema-direita, que tiveram adesão de parte significativa dessa sociedade civil.

Outras duas dimensões nos levam a pensar a respeito do «outro lado» da subjetivação política experimentada por esta juventude rebelde nos anos 2010 —o lado outrora mais destacado por nossas pesquisas, justamente, foi o da assunção de valores progressistas, a formação de coletivos, a reconstituição de identidades sociais e a construção de trajetórias educacionais e profissionais com sentido coletivo (Groppo *et al*., 2022). Neste "outro lado", na dimensão organizacional, se observa a retração dos espaços de atuação de coletivos autonomistas, apesar da enorme influência de seu repertório de contestação para as organizações e movimentos juvenis progressistas de forma geral, de socialistas a identitários, e nas dificuldades de continuidade do ativismo de jovens independentes. E, finalmente, na retração de espaços de atuação para jovens militantes do campo socialista. A subjetivação política foi força potente, mas de fôlego relativamente curto, no que se refere à manutenção de uma intensa coletividade política que foi capaz de despertar.

Enfim, a dimensão pessoal, na forma dos traumas, medos e dores causados pela repressão e pelas derrotas dos movimentos, assim como na forma das tensões e conflitos vividos nos espaços públicos e privados onde esta juventude progressista circula. Estas experiências e memórias, na maioria das e dos secundas e em parte relevante de ativistas e

militantes das Jornadas que concederam entrevistas (em especial, autonomistas), conformam consequências não esperadas ou não desejadas da subjetivação política. Por vezes, entretanto, traumas, medos e tensões são ressignificados, contribuindo para a gestação de novas formas de ativismo, como extensão universitária e cultura, ou a revalorização da disputa política institucional.

Apesar de o artigo ter destacado as dimensões negativas das experiências de jovens rebeldes nos anos 2010, ele deseja trazer, como proposição, um olhar mais positivo sobre os movimentos juvenis dos anos 2010, na busca de elementos que orientem a construção de novos projetos emancipatórios —tal como preconizava Walter Benjamin (1983), quando vasculhou as ruínas da modernidade.

Ao lado das experiências de sofrimento, pulsou a coragem. Ao lado dos traumas, resistiu a esperança. Portanto, se defende a reinterpretação dos sentidos progressistas das Jornadas de 2013 e a recuperação de seus legados, incluindo um olhar para além das megamanifestações da segunda metade de junho e para além da capital paulista, considerando a latência das Jornadas e, elas próprias, como um ciclo de média duração que envolveu diversos tipos de movimentos e formas de protesto.

Também, se defende a interpretação dos movimentos estudantis e juvenis dos anos 2010 como as mais importantes ações coletivas progressistas da década, incluindo sua relação com a vitória do PT em 2014 e 2022 —em vez de apenas relacionar 2013 às eleições de 2018. Há uma unidade de geração juvenil atuante nos anos 2010 que foi força coletiva fundamental, que tem continuado, inclusive nos anos 2020, sempre em prontidão, contribuindo para evitar maiores retrocessos políticos e, entre perdas e reconquistas, mantendo ou recuperando alguns direitos sociais e a própria democracia.

Enfim, os resultados deste artigo anseiam por estimular estudos comparativos com as juventudes de outros países da América Latina a respeito de suas experiências com as consequências tão contraditórias dos ciclos de protesto vividos na região ao longo dos anos 2010. Ao mesmo tempo, conhecer o quanto a resiliência das juventudes progressistas tem sido importante para a defesa das instituições democráticas na América Latina.

Contribución de autoría

Luís Antonio Groppo cumplió con todas las fases CRediT.

Fuente de financiamiento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Declaración de uso de IA

Não foi feito uso de Inteligência Artificial Generativa (IA-G) neste artigo.

Agradecimientos

Às agências financiadoras.

Às e aos jovens que participaram desta pesquisa.

Às e aos integrantes das equipes das pesquisas aqui comunicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abilio, L. (2020). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, 39 (3), 579-597. https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008

Acosta, A., Ribadeneira, J. L., Espinoza, S., Vélez, F. R., Romero, M., Ibarra, H. e Guerrero, R. (Eds.). (2020). Protesta social y desgaste de la democracia liberal. *Ecuador Debate*, *109*.

Alonso, A. (2023). *Treze*. *A política de rua de Lula a Dilma*. Cia. das Letras.

Alonso, A. e Mische, A. (2017). Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, *36*(2), 144-159. http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Benjamin, W. (1983). Sobre alguns temas em Baudelaire. Em *Benjamin*, *Habermas, Horkheimer e Adorno* (pp. 29-56). Abril Cultural.

Besen, B. (2026). Direitas Radicais: bases para uma categoria hermenêutica de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *45*, e288608. https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/5gJcHyvFwy97cvSjJYf8QwJ/?lang=pt

Biliatto, C. G. (2022). «Se vocês querem reforma, a gente quer revolução»: notas etnográficas de percursos com secundaristas em luta de São Paulo em 2016. Em L. A. Groppo, A. L. Sallas e F. Sofiati (orgs.), *A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016* (pp. 211-234). CRV.

Braga, R (2017). *A rebeldia do precariado.: Trabalho e neoliberalismo no Sul global*. Boitempo.

Brandão, C. R (2007). Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, *10*(1), 11-27. https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719

Bringel, B. (2022). Campos de ação e confronto político no Brasil; do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). Em F. M. Tavares, L. Ballestrin e R. F. Mendonça (orgs.), *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil* (pp. 163-190). EdUERJ.

Brodbeck, P. S. L. e Prudencio, K. C. S. (2022). Liberais ao estilo populista: a argumentação do MBL no YouTube. *Media & Jornalismo*, *22*(40), 261-281. https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_13

Cava, B. e Cocco, G. (Orgs.) (2014). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. Annablume.

Costa, A. A. F. e Groppo, L. A. (Orgs.). (2018). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. Pedro & João Editores.

Fonseca, C. (1999). Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, *10*, 58-78. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781999000100005&lng=pt&nrm=iso

Gerbaudo, P. (2021). *Redes e ruas. Mídias sociais e ativismo contemporâneo*. Funilaria.

Gohn, M. G. M (2014). A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Cadernos CRH*, *27*(71), 431-444. https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013

Groppo, L. A. (2000). *Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Difel.

Groppo, L. A. (2020). *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas. Política, educação, cultura e religião*. Pedro & João.

Groppo, L. A. e Silveira, I. B. (2020). Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. *Argumentum*, *12*(1), 7-21. https://periodicos.ufes.br/argumentum/es/article/view/30125

Groppo, L. A., Carvalho, E. C. e Soares, V. N. (2022). Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política. *Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS*, *6*(2), 75-96. https://periodicos.furg.br/reis/article/view/15566

Groppo, L. A., Martins, S. A., Sallas, A. F. e Flach (2021). O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016. *Cadernos do Aplicação*, *24*(1), 1-23. https://doi.org/10.22456/2595-4377.110919

Groppo, L. A., Sigiani, E. L., Almeida, N. P. M. e Vieira, L. C. (2024). Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. *Trabalho, Educação e Saúde*, *22*, e02837271. https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2837

Groppo, L. A., Silva, G. e Sousa, F. A. (2024). O Junho dos interiores: dinâmicas do protesto e experiências políticas de ativistas e militantes no interior dos estados nas Jornadas de 2013. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, *31*(2), 137-157. https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2024.230238

Groppo, L. A., Silva, G., Souza, E. C. e Soares, V. N. (2023). Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade. Em G. Oliveira e M. Dowbor (orgs.), *Movimentos Sociais e Autonomias. Imaginação, experiências e teorias na América Latina* (pp. 203-244). Lutas Anticapital.

Jourdan, C. (2018). *2013: Memórias e resistências*. Circuito.

Kestler, T. (2022). Radical, nativist, authoritarian – or all of these? Assessing recent cases of right-wing populism in Latin America. *Journal of Politics in Latin America*, *14*(3), 289-310. https://doi.org/10.1177/1866802X221117565

Laville, C. e Dione, J (1999). *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Artmed e Editora UFMG.

Lima, A. J. C., Groppo, L. A., Meucci, S. e Floriano, V. F. (2022). «Aprendi mais na ocupação do que nas aulas»: notas sobre a pedagogia das ocupações estudantis e a consciência social. Em L. A. Groppo, A. L. F. Sallas e F. M. Sofiati (orgs.), *A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016* (pp. 65-94). CRV.

Lima, P. L. e Hajime, M. (2016). O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das Jornadas de Junho de 2013. *Leviathan*, *13*, 91-119. http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.147255

Mannheim, K. (1961). *Diagnóstico de nosso tempo*. Zahar.

Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. Em M. M. Foracchi (org.). *Mannheim. Sociologia* (pp. 67-95). Ática.

Maricato, E., Iasi, M., Secco, L., Viana, S., Rolnik, R., Lima, V. A. de, Sakamoto, L., Souto Maior, J. L., Vainer, C., Peschanski, J. A., Rocha de Oliveira, P., Harvey, D., Davis, D., Braga, R., Zizek, S. e Brito, F. *et al*(2013). *Cidades rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país*. Boitempo e Carta Maior.

Matos, N. J. (2022). Jovens são condenados por ocupações de escolas em 2016 no Paraná. Universidade à Esquerda. https://ufscaesquerda.com/noticia-amanha-atos-do-dia-11-de-agosto-estao-previstos-em-mais-de-20-capitais-de-todo-o-pais/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=noticia-amanha-atos-do-dia-11-de-agosto-estao-previstos-em-mais-de-20-capitais-de-todo-o-pais

Mendes, I. (2017). *A pequena prisão*. N-1 Edições.

Mendes, R. M. e Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, *47*(165), 1044-1066. https://doi.org/10.1590/198053143988

Mendonça, R. F. e Simões, P. G. (2022). Junho de 2013 como Acontecimento. Em F. M. Tavares, L. Ballestrin e R. F. Mendonça (orgs.), *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil* (pp. 13-36). EdUERJ.

Penteado, C. L. C. P. e Guerbali, J. G. (2016). As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015. *Ponto e Vírgula*, *19*, 23-43. https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29891/20742

Perez, O. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, *25*(3), 577-596. http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253577

Rancière, J. (1996). *O desentendimento. Política e filosofia*. Editora 34.

Silva, G. (2025). «*A rua é nossa»: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alfenas]. https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/wp-content/uploads/sites/268/2025/06/Dissertacao-de-Mestrado-para-defesa.pdf

Silva, G., Groppo, L. A., Claudino, A. C., Sigiani, E. L. e Silva, A. F. C. (2025). Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, *7*(17), 1-24. https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625

Silveira, I. B. e Groppo, L. A. (2019). As ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade. *Revista Educação e Linguagens*, *8*, 24-48. https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeduclings/article/view/6531

Thompson, E. P. (2002). Educação e experiência. Em *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária* (pp. 11-48). Civilização Brasileira.

Tomizaki, K., Carvalho-Silva, H. e Silva, M. (2016). Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. *Educação & Sociedade*, *37*, 935-954. https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201616648.

Valente, J. C. L. (2019). Algoritmos e Sites de Redes Sociais: uma discussão crítica sobre o caso do Facebook. *Revista Pós*, *14*(2), 87-113. https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/26491

Luís Antonio Groppo é Professor Associado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recepción: 5/3/2026
Aceptación: 1/9/2026